

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, JULHO/2022 - ANO XXIII - Nº 269



Foto Arquivo Pró-Memória

Após missa celebrada na Matriz de São Miguel, em Piquete/SP, um registro fotográfico que mostra o comandante militar Leôncio Neiva ladeado pelo padre Estanislau Leme e pelo prefeito Antônio Pelúscio, de braço com a filha Zenaide, e Zeli Ferreira. À esquerda do padre, o tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal, diretor da F.P.S.F. entre agosto e setembro de 1932. Moradores da cidade reconhecidos: Joaquim Sacristão; D. Rita, esposa do sr. Juca Pinto, com a filha, Mocinha, que carrega uma criança ao colo; José Vieira Soares, Salviano e José Alves Beraldo.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Nove de julho de 1932. Ouviu-se o primeiro tiro. Eclodia a Revolução Constitucionalista no estado de São Paulo. Durante três meses, as forças paulistas, compostas de 35 mil combatentes, lutaram contra tropas enviadas pelo governo federal, que contavam com um contingente de cerca de 100 mil soldados. Nas palavras de Pedro de Toledo, então governando o Estado, São Paulo deveria “prosseguir na luta para satisfazer a mais alta aspiração nacional, que é restituir ao povo brasileiro o direito de dispor de seus destinos e de se organizar constitucionalmente...”. Não tendo havido adesões de outros estados, os revolucionários paulistas viram-se obrigados à rendição, o que ocorreu em outubro do mesmo ano. Apesar dessa derrota paulista em sua luta por uma Constituição, dois anos depois – em 1934 – seria promulgada a nova Carta Magna.

Para que não nos esqueçamos desse capítulo da história paulista em que Piquete teve participação ativa, é que procuramos todos os anos, desde 1997, ilustrar esse informativo com textos e imagens alusivas à Revolução. Colecionamos ao longo desses vinte e cinco anos registros de depoimentos de moradores que testemunharam esse conflito armado e também quantidade significativa de livros, documentos, fotos, jornais e revistas que hoje compõem o acervo da Fundação Christiano Rosa.

Por meio desse acervo, evidencia-se que muitos piquetenses que se encontravam na cidade naqueles dias e que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução, se orgulhavam de contar suas histórias.

Em Piquete, soldados constitucionalistas começaram a chegar, pelo ramal férreo, na manhã de 11 de julho. Vieram para guarnecer a região de fronteira na Mantiqueira, impedindo o avanço das tropas federais vindas de Minas. A direção da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, e sua oficialidade, porém, mantiveram-se fiéis ao governo federal. No início de agosto, a Fábrica passou a ser dirigida pelo tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal, comandante das tropas constitucionalistas.

A participação do município de Piquete foi importante estrategicamente para a causa paulista, não só devido à sua localização geográfica mas, também, pela Fábrica, ocupada pelos constitucionalistas para produzir pólvora. Apesar da adesão da população e do operariado da Fábrica ao movimento, são poucas as fotografias que chegaram até nossos dias. Não havia fotógrafos na cidade. As imagens que chegaram até nós foram feitas por soldados que vieram de fora ou por fotógrafos dos jornais A Gazeta e O Estado de São Paulo. Alguns poucos livros publicados após o conflito estamparam imagens, mas com pouca definição. Apesar disso, constatamos que antigos moradores, quando de posse

de um jornal ou de uma fotografia daquela época, espontaneamente se recordavam da Revolução contando diversos episódios até então calados em suas memórias, acordadas que foram pela fotografia. Para eles, testemunhas vivas da história, a recriação do passado emergia de maneira simples e pitoresca, surpreendendo-nos pelos detalhes muitas vezes diferentes da versão oficial que se lê nos livros. Contam fatos por eles vividos de um momento épico da história paulista, considerado o maior conflito armado ocorrido no país. Suas lembranças se prendem à pacata Piquete tomada por tropas: a ocupação do Cine Glória, do Grupo Escolar, do Hotel das Palmeiras, a profanação de casas e quintais, o “vermelhinho” – avião ditatorial – sobrevoando a cidade... Relatam, ainda, o êxodo da população para a zona rural, o matraquear das metralhadoras na serra, canhões e prisioneiros em frente ao hotel transformado em QG, o avanço das tropas federais, o recuo paulista, o desmonte da Fábrica e a fuga de grande parte do operariado com suas famílias para São Paulo numa viagem tragicômica, e a derrubada da ponte metálica sobre o Paraíba para atrasar o avanço ditatorial. Depois do armistício, o retorno e a demissão de centenas de operários que aderiram à causa. A revolução durou de 9 de julho a 28 de setembro. Foram 85 dias de combates que marcaram uma geração, orgulhosa de seu passado histórico.

Imagem - Memória



01



02



03



04

Fotos Arquivo Pro-Memória

Memórias da Revolução Constitucionalista de 1932

A importância da Revolução Constitucionalista de 1932 para a história contemporânea do Brasil e a existência de farta documentação fotográfica e propagandística sobre o tema têm levado muitos pesquisadores a se voltarem para a relevância da prospecção dessas fontes. Essas buscas têm resultado na publicação de livros em que as imagens dos acontecimentos nas diversas frentes de luta ilustram e complementam a reconstituição do conflito em São Paulo.

Durante a Revolução, as notícias chegavam por meio, principalmente, dos jornais A Gazeta e O Estado de São Paulo, que estampavam imagens do ‘front’. Eram, no entanto, poucas e de qualidade discutível essas imagens.

Apesar de já existirem, à época, processos gráficos de alta definição em rotogravura, empregadas, principalmente, pelas oficinas de O Estado de São Paulo e A Gazeta, a maioria das imagens impressas em jornais, livros, cartazes e revistas traziam as mesmas dificuldades, particularmente a baixa qualidade do papel utilizado.

As fotografias durante a Revolução Constitucionalista foram utilizadas como instrumento de propaganda política. A maioria mostra o alistamento de voluntários, a mobilização de contingentes, as campanhas de donativos, desfiles cívicos, soldados nas trincheiras etc. Buscavam sensibilizar para a “causa paulista”, que teve resultado positivo. Todo o estado de São Paulo se engajou na luta. Em Piquete, as poucas imagens da Revolução foram feitas pelo fotógrafo Miguel Falleti, do jornal A Gazeta, que havia modernizado recentemente seu parque gráfico. O jornal enviou para registrar o conflito o jornalista Armando Brussolo, apelidado “Stopinsky”, que percorreu todo o Setor Norte, como era conhecido o Vale Paraíba paulista à época. Brussolo publicou ainda em 1932 o livro “Tudo pelo Brasil: diário de um repórter constitucionalista”.

O movimento revolucionário, que eclodiu em 9 de Julho de 1932 na capital paulista e foi liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, contou com a participação de renomados militares, como os generais Bertold Kringer e Euclides Figueiredo, com Força Pública de São Paulo e diversos segmentos da sociedade paulista. Deflagrado o movimento, a adesão popular foi imediata: houve mobilização de todo o estado de São Paulo. Nos meses de conflito, São Paulo viveu um verdadeiro esforço de guerra. Não apenas as indústrias se mobi-

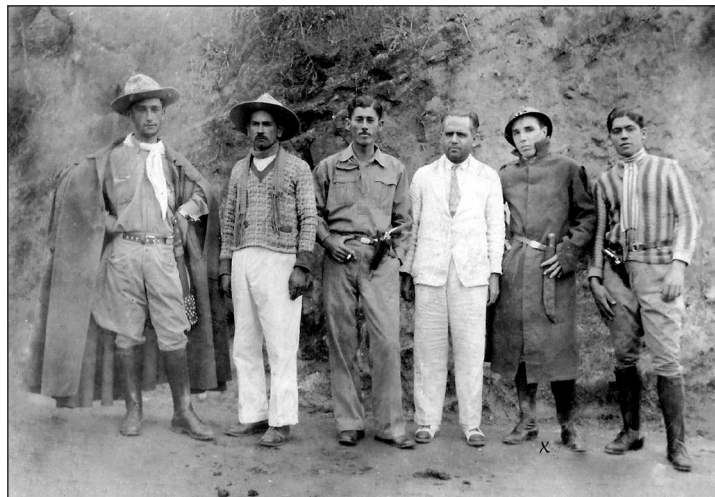
lizaram para atender às necessidades de armamento, mas também a população, que se manteve unida. Concorreu para isso a intensa propaganda dos ideais constitucionalistas. Pelas cidades espalhavam-se cartazes convocatórios, cartões postais, emblemas, hinos patrióticos e paródias musicais sobre a Revolução... Multiplicavam-se as fotografias de cenas das cidades e dos combates, que eram difundidos nos jornais e revistas. Os registros de fotógrafos profissionais e amadores forneciam o testemunho ansiosamente aguardado pela população. Os batalhões de voluntários lutaram lado a lado com as tropas regulares, ocupando posições estratégicas ao longo das fronteiras do Estado. O Vale do Paraíba teve sua importância histórica por ter sido palco dos principais conflitos e da assinatura do armistício, no dia 2 de outubro de 1932, em Cruzeiro. Piquete, por sua localização geográfica e devido à presença da fábrica de pólvora – essencial para a causa revolucionária –, foi, logo após a deflagração do conflito, ocupada militarmente por milhares de soldados. Muitos moradores que vivenciaram esses dias relatam momentos de tensão, angústia e medo. Dificuldades econômicas e apreensão, principalmente nos últimos dias de setembro, quando as tropas constitucionalistas foram recuando de suas trincheiras devido ao avanço militarmente superior das tropas federais. Temia-se pela chegada das tropas governistas. A cidade foi evacuada. Muitos embarcaram no chamado “trem dos retirantes”, com destino a São Paulo. Os que foram deixaram registrada a epopeia trágica dos três dias de viagem. Outros se refugiaram em sítios e fazendas. Com o fim do conflito, o regresso à cidade e o desemprego de centenas de chefes de família, operários da Fábrica, anistiados pelo governo federal em dezembro de 1932. Aos poucos, a volta à normalidade. Apesar dos pesares, observa-se em todos os depoimentos o orgulho pela causa paulista e a conquista da constitucionalização do país em 1934.

Legendas: 01 - Grupo de soldados no pátio da Estação Ferroviária Rodrigues Alves, em Piquete. 02 - Filhos de Benedito Elias e soldados do setor de saúde, cujo posto foi instalado no Cine Glória, ao lado da residência da família. 03 - Major Leônicio B. Figueiredo Neiva, comandante do destacamento do setor Piquete e oficialidade em frente ao Q.G. instalado no Hotel das Palmeiras, em agosto de 1932. 04 - O Padre Estanislau Leme e a família de Francisco Máximo Ferreira, mestre da Fábrica, demitido, bem como seus filhos, por terem apoiado o movimento revolucionário.

Moradores de Piquete apoiam o movimento revolucionário de 1932



“Toda a cidade era simpática à causa revolucionária: passaram a ovacionar os soldados defensores da Lei. Houve uma verdadeira febre de patriotismo”. Na foto, a partir da esquerda, Nina Cunha, Juca Luz, Yolanda Luz (bebê), Doca Palma, Guita Cunha, em residência localizada ao lado da antiga cadeia, então ocupada por soldados da Força Pública durante a Revolução de 1932.



A foto acima traz no seu verso a inscrição: “Lembrança da Revolução. Piquete, 19 de julho de 1932. José Joaquim Dias. Sou de São Luiz do Paraitinga. Luto aqui no Piquete pelo meu querido Brasil. Me alistei e incorporei no Batalhão Capitão Machado. Estou na fotografia assinalado por um X. Tudo por São Paulo”. A partir da esquerda: João Cardoso Filho, ?, Nhô Encarnação, João Joaquim Dias e João de Oliveira.

Fotos Arquivo Pro-Memória

Uma das mais importantes páginas da história do Brasil foi a Revolução Constitucionalista, que irrompeu em São Paulo a 9 de julho de 1932. Foram três meses de combates que colocaram frente a frente, nos campos de batalha, forças rebeldes e legalistas. Esse conflito armado estendeu-se por todo o estado de São Paulo. O Vale do Paraíba, por sua localização estratégica e geopolítica, foi palco de sangrentas batalhas.

A notícia da eclosão desse conflito chegou a Piquete por volta das 10h da manhã do dia seguinte. O primeiro a recebê-la foi o cel. Pompeu Cavalcânti, diretor da Fábrica de Pólvora Sem Fumaça. Nesse mesmo dia, guarnições de Lorena e Caçapava também se levantaram aderindo ao movimento, enquanto tropas revolucionárias ocupavam posições estratégicas em diferentes regiões do Vale. No dia 11, um trem conduzindo soldados chegou à Estação Rodrigues Alves, em Piquete. O diretor da Fábrica, bem como sua oficialidade decidiram por se manter fiéis ao governo federal, e um acordo foi selado com o comandante constitucionalista, coronel Andrade, que se encontrava sediado em Lorena, para que a Fábrica não recebesse tropas e que estas ficariam acantonadas em Piquete. Essas tropas vieram para o município não só devido à presença dessa indústria bélica, mas também para guarnecer a estrada de acesso a Minas, impedindo qualquer movimento ofensivo de tropas federais sobre o túnel, em Cruzeiro, além de Lorena e Cachoeira Paulista. O coronel Pompeu e sua oficialidade comprometeram-se a não dar informações sobre o movimento das forças revolucionárias às autoridades do governo Vargas. Telegrafou para o Serviço de Mate-

rial Bélico, no Rio de Janeiro nos seguintes termos: “Fábrica não ocupada mas isolada.” A produção fabril foi paralisada, mantendo em funcionamento apenas os serviços de conservação e limpeza. Os operários, bem como a população da cidade aderiram à Revolução. Aos poucos, os moradores que haviam se afastado da cidade retornaram, passando a receber os soldados constitucionalistas. Toda a cidade era simpática à causa revolucionária: passaram a ovacionar os soldados defensores da Lei, colocando à disposição das tropas tudo o que possuíam. Houve uma verdadeira febre de patriotismo: recebiam as tropas no desembarque na Estação com carinho e grandes manifestações de vivas a São Paulo e ao Brasil. Algumas edificações foram requisitadas para a causa paulista. A população harmonizou-se com os soldados, fazendo com que as tensões dos conflitos fossem amenizadas. Assim, muitos moradores serviram de guia nos tortuosos caminhos da Mantiqueira, outros pegaram em armas, muitas mulheres passaram a cozinhar e costurar para as tropas e músicos da Euterpe tocavam no “Café do Soldado”.

No dia 15 de julho ocorreu, para a surpresa de todos, forte tiroteio entre as tropas paulistas e a infantaria adversária. A partir desse enterevero, a população, sobressaltada, foi-se acostumando com o matraquear das metralhadoras na serra e os estrondos da artilharia pesada. Em diferentes pontos do município trincheiras foram abertas e canhões paulistas, estrategicamente posicionados, atiravam em direção da Mantiqueira.

Em 11 de agosto assumiu a direção da Fábrica o Ten. Cel. Felisberto Antonio Fer-

nandes Leal, em nome do General Bertold Klinger, comandante das tropas constitucionalistas. O propósito era fazer funcionar a Fábrica. O diretor e seus comandados ficaram presos, sob palavra, em suas residências. Com o avanço das tropas federais e o recuo estratégico das tropas constitucionalistas, houve, em 14 de setembro, o abandono da Fábrica. Algumas seções foram inutilizadas e máquinas essenciais para a produção de pólvora transferidas para São Paulo em um trem especial, que transportou também operários e familiares. A cidade, temendo as tropas getulistas que se aproximavam pela serra, se esvaziou, de modo que, quando os soldados federais chegaram a Piquete, encontraram-na semi-deserta.

Em 2 de outubro, após 82 dias de conflitos foi assinado um armistício. Aos poucos, a cidade foi retornando ao seu ritmo. Os operários que acompanharam as tropas para São Paulo foram sumariamente demitidos. Retornaram com o orgulho ferido, mas cientes do dever cumprido. Em dezembro foram anistiados pelo governo federal. Essa história de civismo dos paulistas, buscando a constitucionalização do país, precisa ser sempre rememorada.

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:

Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Redação:

Rua Professor Luiz de Castro Pinto, 22

Tels.: (12) 3156-1207

Correspondência:

Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração: Laurentino Gonçalves Dias Jr.

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

Fotos Arquivo Pró-Memória



Os combates travados na Serra de Piquete du

A Revolução Constitucionalista que neste mês de julho completa 90 anos foi um dos mais importantes e dramáticos acontecimentos da história republicana brasileira. Esse conflito mobilizou todo o estado de São Paulo, que se uniu em defesa da Lei e pela reconstitucionalização do país.

Piquete, a exemplo de outras cidades valeparaibanas, foi palco desse movimento revolucionário que transformou o cotidiano dessa pacata cidade operária, que contava, por essa época, com pouco mais de dois mil habitantes.

Militarmente analisando, a importância de Piquete nesse conflito se deve, em primeiro plano, à instalação, no município, da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, considerada de grande valor para ambos os comandos beligerantes. Para São Paulo, bloqueado por terra e mar por tropas federais, a Fábrica era garantia do suprimento de pólvora para munição; para a ditadura Vargas, representava economia na importação e, acima de tudo, privação de São Paulo de seus recursos. Em segundo plano, estava a localização do município que mantém ampla fronteira com Minas Gerais e que, do início da guerra até 12 de outubro, constituiu o extremo esquerdo da linha de defesa da 2ª Divisão de Infantaria em Operação do Exército Constitucionalista, protegendo a Fábrica e impedindo o avanço de tropas mineiras para a região do Túnel, na Estrada de Ferro Cruzeiro - Passa Quatro. Nessa condição de proteção do flanco esquerdo da 2ª D.I.O., a luta em Piquete foi travada no topo da Serra, em direção a Minas Gerais.

A Revolução Constitucionalista eclodiu em São Paulo na noite de um sábado, 9 de julho. No dia seguinte, o coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, diretor da Fábrica, recebeu ordem do Ministro da Guerra para averiguar a situação do

conflito em Piquete. Em contato com o coronel José Joaquim Andrade, do 6º R.I., que se encontrava em Lorena comandando as forças que se concentravam no Vale do Paraíba, fica sabendo da Revolução e de seus desdobramentos. Pompeu Cavalcante decide, juntamente com sua oficialidade, não aderir ao movimento paulista. A produção da Fábrica é interrompida, mantendo-se apenas as atividades de manutenção, e o operariado é dispensado. Como não tinha como esconder a quantidade de pólvora estocada nos paióis, vê-se obrigado a atender, sob protesto e por meio de cautela, aos pedidos, tanto de pólvora quanto de armas e insumos, dos revoltosos. Foi preso, então, em sua residência, na Vila da Estrela, bem como os demais oficiais. Com a evolução do conflito, o primeiro-tenente Bibiano Dale Coutinho adere à Revolução, seguido por grande parte do operariado e mestres. Mais tarde outros três oficiais também iriam aderir.

Do lado do Exército Federal, o coronel Eurico Gaspar Dutra, comandante do 4º R.C.D. de Três Corações, recebe, no dia 12 de julho, um telegrama do Estado Maior, em Juiz de Fora, em que pede que se faça reconhecimento da Fábrica de Piquete e que, caso esta estivesse desocupada, ocupá-la e organizar sua defesa. Se ocupada, vigiá-la e informar com urgência e dar conhecimento ao coronel Eugênio Trompowski, em Pouso Alegre. De imediato, Dutra enviou para a serra, em Piquete, tropas do 10º R.I. de Juiz de Fora sob o comando do major Pedro Penedo Pedra, que instala seu Posto de Comando no alto da serra, na Barreira e passa a observar a Fábrica.

No dia 16 de julho, patrulhas mineiras descem a serra chegando bem próximo à Fábrica, de onde são rechaçados a tiros por soldados do 6º R.I. No dia seguinte, é organizado em Piquete o destacamento

coronel Abílio P. Rezende, com o II e III batalhões do 6º R.I., 4º R.C.D. e 1º B.C.P. da Reserva. No dia 20, o coronel Abílio tem em Piquete cerca de 1400 soldados com batalhões comandados pelos capitães Agnelo Caiado de Castro e Marco Antônio. As linhas avançadas do Exército Constitucionalista se posicionaram entre os picos do Focinho do Cão, Cabrito, Ataque e no Pico dos Marins, à direita para o lado do túnel, em Cruzeiro, local onde seriam travados grandes embates.

Na serra do Piquete, os encontros entre as patrulhas tornam-se frequentes. A população da cidade, assustada com os sobrevoos dos aviões ditatoriais e os constantes sons de bombas, tiros, explosões e metralhadoras, foge para a zona rural em busca de segurança. Piquete, esvaziada, tem suas ruas percorridas por tropas, que se dirigem à Mantiqueira. Trincheiras são abertas e canhões posicionados. Prédios públicos e residências particulares são tomados e transformados em postos de comando, Café do Soldado, postos de saúde, correios etc.

Da Barreira, local em que se encontrava instalado o comando federal, partem soldados que se posicionavam em lugares privilegiados, a partir de onde observavam toda a movimentação em Piquete e na Fábrica. Apesar de bem instalados e seguros, no dia 20 de julho ocorreu o maior conflito na região, muito noticiado pelos jornais paulistas, que será sempre lembrado como um grande feito dos soldados constitucionalistas. Na região do Pico do Cabrito, próxima ao Sanatório Militar, as tropas constitucionalistas foram fortemente atacadas pelo 10º R.I. de Juiz de Fora. A ofensiva ditatorial foi violenta. Sob fogo cerrado, os soldados paulistas, após hábil manobra de envolvimento, obrigou o comandante das forças adversárias a pedir trégua, a fim de um entendimento. Terminado o prazo, os adversários reinicia-





rente a Revolução Constitucionalista de 1932

ram, inesperadamente, intenso tiroteio com peças de artilharia e metralhadoras. Apesar da surpresa, o soldado paulista respondeu ao ataque com determinação e êxito. Os capitães Caiado de Castro e Marco Antônio e o tenente Meireles, comandantes das forças constitucionalistas, conseguiram, numa arrancada, numa carga de baioneta verdadeiramente épica, colocar em fuga desordenada todo o 10º R.I. Foram feitos 35 prisioneiros, dentre os quais um oficial. Apreendidas duas peças de 75 mm, doze metralhadoras, 55 mil tiros e inúmeros fuzis, além de trens de cozinha, padiola e demais aparelhamentos do corpo de saúde. Também barracas, capotes e talabartes de oficiais. Uma precipitada debandada.

Esse episódio foi também narrado em um relatório pelo coronel Eurico Gaspar Dutra, comandante de um destacamento do 4º D.I. enviado para a frente de Piquete. Havia a necessidade se se conhecer a situação, para o caso de se enviar seu regimento para aquele setor. Atendia a um pedido do coronel Trompowski, que se encontrava em Itajubá, no qual narra que as tropas federais, na serra do Piquete, estavam sendo fortemente atacadas e pede que Dutra se deslocasse com brevidade em socorro do batalhão Pedra.

Dutra, ao chega a Itajubá Velho (Delfim Moreira), tenta se comunicar com o P.C. do major Pedra, na Barreira, mas não consegue contato. Diante disso, dirige-se pessoalmente à Barreira. Mal havia saído de Itajubá Velho, encontra diversos soldados do 10º e do 11º R.I. que haviam se retirado da frente de combate. Em seguida, cinco oficiais e outros soldados são encontrados na mesma situação. Em vão, procurou reunir esses elementos, mas, todos, verdadeiramente extenuados e apavorados, protestavam para não enfrentar novamente os adversários. Diziam que o P.C. do major Pedra havia

sido violentamente atacado e que, após tenaz resistência, a força que lá se encontrava se viu obrigada a se retirar. Não sabiam informar o paradeiro do major e nem o destino que tomaram as tropas mais à frente. À vista disso, o coronel Dutra aguarda em Itajubá Velho a chegada do 4º D.I.. Durante toda aquela noite, vão chegando diversas turmas de soldados. Todos davam as mesmas razões para justificar a retirada. No dia 26 de julho, pela manhã, Dutra marchou com o regimento para a serra do Piquete. Na Barreira, não encontrou vestígio algum de soldados paulistas. Ao coronel Trompowski, Dutra enviou o seguinte despacho: “As tropas do major Pedra estão completamente desmoralizadas e disseminadas pela mata. Não posso contar com elas. Estou chegando à Barreira onde vou instalar o 4º R.C.D. provisoriamente e lançar para a frente um forte reconhecimento. Aguardo reforço para lançar ofensiva”. Tanto na Barreira, como em outras posições da serra do Piquete, foram encontrados abandonados armamentos, munição e até alguns fuzis, tal o pânico instalado nas tropas federais. Ainda naquela manhã, o major Penedo Pedra se apresentou ao coronel Dutra, que voltou a controlar as posições. O governo federal, atendendo ao seu pedido, enviou reforços e munição. Patrulhas de reconhecimento são lançadas. Foram presos cargueiros e soldados paulistas do 6º R.I. que retornavam à Barreira para reunir material deixado pelos governistas. No dia 28, com a chegada do 11º R.I. e do 28º B.C. para se unirem ao 4º R.C.D., Dutra constitui um agrupamento comandado pelo capitão Thales Moutinho da Costa, que tinha como tarefa ocupar posições próximas a Piquete, o que foi cumprido. Dutra tinha em vista executar um ataque a Piquete, mas recebe nova instrução da D.I. e retorna a Itajubá para nova missão. Fortalecidas, as

tropas federais envidam fortes ataques aos paulistas, numericamente em desvantagem e com pouca munição.

Em Piquete, no dia 30 de julho o destacamento do coronel Abílio avança nas contra-encostas da serra, pelo Benfica, Tabuleta, Morro do Talco e Pico dos Marins. Buscam impedir o avanço federal.

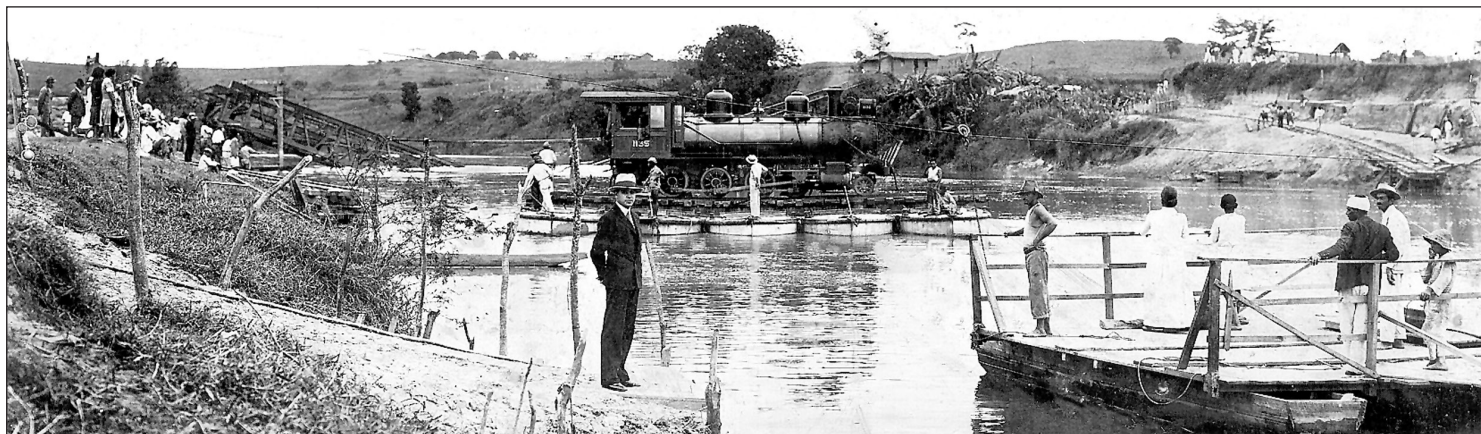
No dia 12 de agosto, o coronel Felisberto Leal assume a direção da Fábrica, que, após cerca de um mês paralisada, é parcialmente reativada. Para isso, Leal contou com os poucos oficiais que aderiam à causa e o trabalho dos operários, que foram requisitados.

No início de setembro, chegam notícias de que em outras frentes vem ocorrendo o recuo estratégico do exército constitucionalista. Na verdade, as armas e munições eram cada vez mais escassas e soldados vindos do Nordeste chegavam para fortalecer as tropas federais.

No dia 13 de setembro, um grande movimento agitou Piquete: as tropas paulistas no município recebem ordens para evacuar a região. A Fábrica é desocupada e parte do maquinário desmontada e colocada num trem, juntamente com operários e suas famílias, com destino a São Paulo.

A ponte de ferro sobre o Paraíba, em Lorena, é dinamitada, a fim de atrasar o avanço das tropas federais, que chegam pelo Quilombo e pela serra. A população, desprotegida e em pânico, recorre novamente à zona rural. Do alto, o “vermelhinho” acompanha e intimida. Piquete ocupada. Ataques aéreos aconteceram em Cruzeiro, Canas, Lorena, Guaratinguetá e Aparecida. As tropas constitucionalistas tentam, num último esforço, uma ampla linha de defesa entre Lorena e Guaratinguetá. Não conseguem frear o avanço ditatorial. Em 2 de outubro, em Cruzeiro, um armistício é assinado. É o fim do conflito.

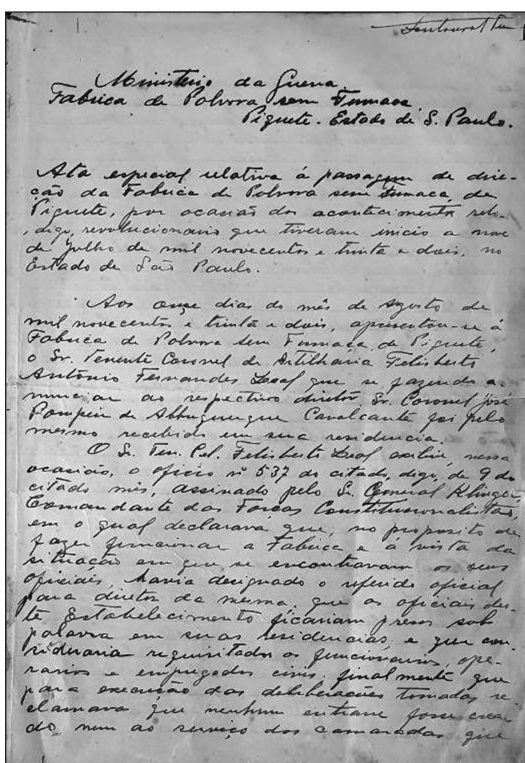
ACMC



Fatos ocorridos Revolução de 1932 - A tomada da Fáb

Em consequência do movimento revolucionário que eclodiu no dia 9 de julho no estado de São Paulo, a Fábrica de Pólvora sem Fumaça viu-se envolvida em circunstâncias anormais. Este estabelecimento manteve-se obediente ao governo legalmente constituído (Boletim Interno 162, de 14/07/1932).

A 12 de julho os oficiais em serviço na Fábrica lavraram a seguinte ata: "Aos doze dias do mês de julho do ano de mil e novecentos e trinta e dois, consultados todos os oficiais que servem na Fábrica de Pólvora sem Fumaça, reunidos no Gabinete do Diretor, os abaixo assinados, em vista do movimento revolucionário há dias instalado na capital de São Paulo e cujas forças acham-se em operações nas proximidades desta Fábrica, resolveram que fosse declarado por escrito e constante desta Ata que continuam solidários com o governo federal. Resolveram mais que esse ato fosse comunicado ao comandante das forças revolucionárias em Lorena e às autoridades legais no Rio de Janeiro. Esta Ata será feita em três vias, sendo uma das vias arquivada nesta Fábrica e as demais enviadas às autoridades acima referidas. (Assinados José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, coronel diretor; tenente coronel Heitor Velasco, primeiro químico da Fábrica, por coerência com seu passado militar; Maximiliano Fernandes da Silva, major subdiretor; major Octaviano Leão, inspetor de pólvoras; Waldemar Brito de Aquino, capitão; Adhemar da Costa Mattos, capitão; Dr. Frederico Eisenlohr, capitão médico; Raul Miranda Leal, capitão engenharia; Marçal Carlos da Silva, capitão farmacêutico e 2º Químico; Luiz Gonzaga de Fontoura



Rodrigues, primeiro tenente; Duílio Renato Storino, primeiro tenente; Gamaliel Bonorino, primeiro tenente Farmacêutico; Waldyr Manoel de Albuquerque, primeiro tenente; Bibiano Sérgio Dale Coutinho, primeiro tenente, com as restrições que lealmente expus ao senhor coronel diretor; primeiro tenente Moacyr de Faria e José Fedulo, primeiro tenente intendente".

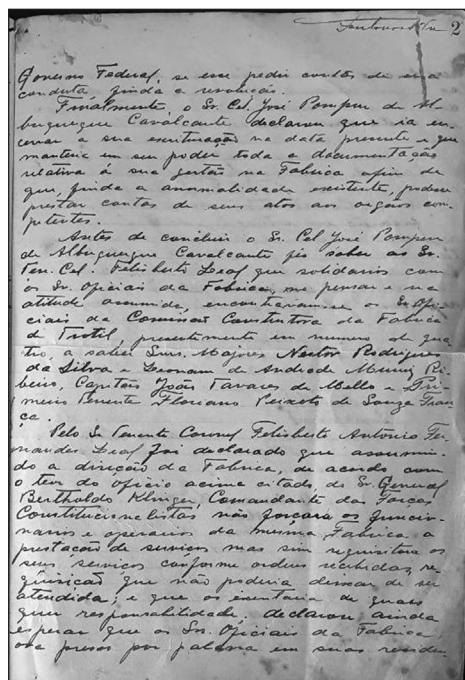
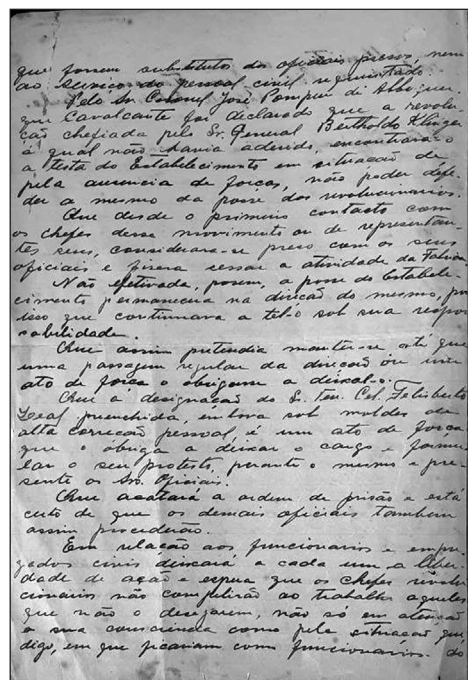
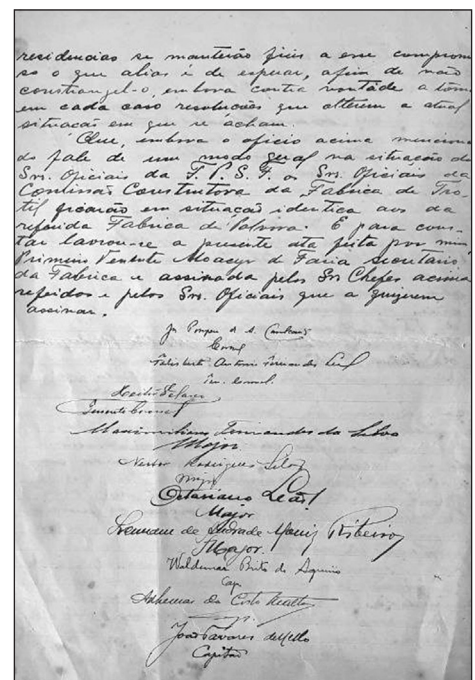
A 18 de julho todas as oficinas deste estabelecimento paralisaram os seus serviços, continuando apenas os de conservação e limpeza.

O boletim interno de onze de agosto publicou que, em virtude da apresentação do tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal que, em nome do general

Bertholdo Klinger, chefe das forças rebeldes contra o Governo Provisório, veio assumir a direção da Fábrica, conforme consta da Ata que a seguir se publica. O coronel Pompeu Cavalcanti suspendeu naquela data sua atuação como Diretor da Fábrica de Pólvora sem Fumaça e determinou que se encerrasse toda a escrituração atinente à sua gestão na Fábrica. — "Ministério da Guerra. Fábrica de Pólvora sem Fumaça. Piquete. Estado de São Paulo. Ata especial relativa à passagem de direção da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, de Piquete, por ocasião dos acontecimentos revolucionários que tiveram início a 9 de julho de 1932, no estado de São Paulo.

Aos onze dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e dois apresentou-se à Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete, o tenente coronel de artilharia Felisberto Antônio Fernandes Leal, que se fazendo comunicar ao respectivo diretor, coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, foi pelo mesmo recebido em sua residência.

O tenente coronel Felisberto Leal exibiu, nessa ocasião, o ofício nº 537, de 9 do citado mês, assinado pelo general Klinger, comandante das Forças Constitucionalistas, no qual declarava que, no propósito de fazer funcionar a Fábrica e à vista da situação em que se encontravam os seus oficiais, havia designado o referido oficial para Diretor da mesma; que os oficiais deste Estabelecimento ficariam presos sob palavra em suas residências; e que consideraria requisitados os funcionários, operários e empregados civis; e, finalmente, que para execução das deliberações tomadas reclamava que nenhum entrave fosse criado nem ao serviço



Fábrica de Pólvora sem Fumaça pelos Constitucionalistas

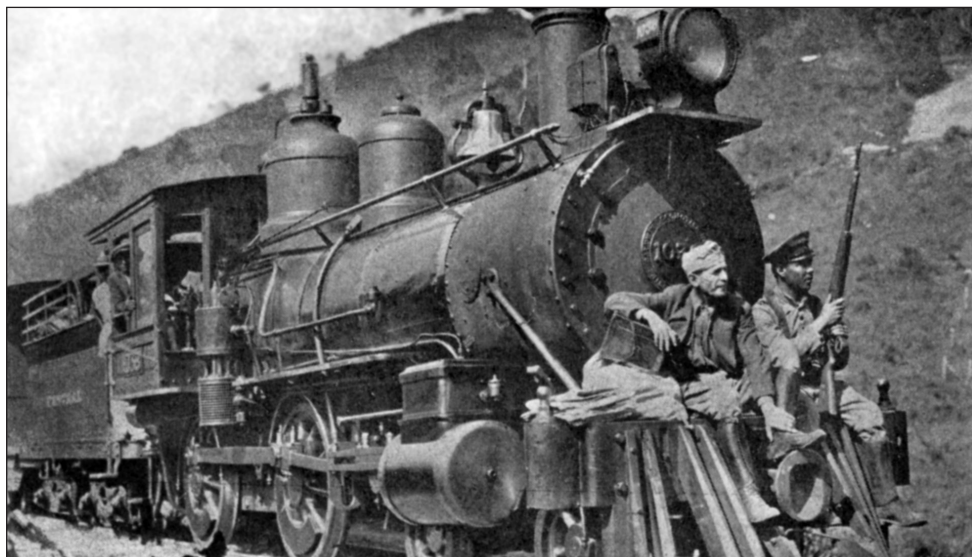


Foto Arquivo Pro-Memória

dos camaradas que fossem substitutos dos oficiais presos, nem ao serviço do pessoal civil requisitado.

Pelo coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti foi declarado que a revolução chefiada pelo general Bertholdo Klinger, à qual não havia aderido, encontrara-o à testa do estabelecimento em situação de, pela ausência de forças, não poder defender o mesmo da posse dos revolucionários. Que desde o primeiro contato com os chefes desse movimento ou de representantes seus, considerava-se preso com os seus oficiais e fizera cessar as atividades da Fábrica. Não efetivada, porém, a posse do estabelecimento, permanecera na direção do mesmo, por isso que continuava a tê-lo sob sua responsabilidade. Que assim pretendia se manter até que uma passagem regular da direção ou um ato de força o obrigasse a deixá-lo.

Que a designação do tenente coronel Felisberto Leal, embora sob moldes de alta correção pessoal, é um ato de força que o obriga a deixar o cargo e formular o seu protesto, perante o mesmo e presentes os senhores oficiais.

Que acatará a ordem de prisão e está certo de que os demais oficiais também assim procederão.

Em relação aos funcionários e empregados civis deixará a cada um a liberdade de ação e espera que os chefes revolucionários não obriguem ao trabalho aqueles que não o desejarem, não só em atenção à sua consciência, como pela situação em que ficariam como funcionários do Governo Federal se esse pedir contas de sua conduta, finda a revolução.

Finalmente, o coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti declarou que ia encerrar a sua escrituração na data presente

e que manteria em seu poder toda a documentação relativa à sua gestão na Fábrica, a fim de que, finda a anormalidade existente, pudesse prestar contas de seus atos aos órgãos competentes.

Antes de concluir, o coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti fez saber ao tenente coronel Felisberto Leal que, solidários com os oficiais da Fábrica no pensar e na atitude assumida, encontravam-se os oficiais da Comissão Construtora da Fábrica de Trolly, presentemente em número de quatro, a saber: majores Nestor Rodrigues da Silva e Leunan de Andrade Moniz Ribeiro, capitão João Tavares de Melo e primeiro tenente Floriano Peixoto de Souza França.

Pelo tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal foi declarado que, assumindo a direção da Fábrica, de acordo com o teor do ofício acima citado do general Bertholdo Klinger, comandante das forças constitucionalistas, não forçará os funcionários e operários da mesma Fábrica à prestação de serviços, mas, sim, requisitará os seus serviços conforme ordens recebidas, requisição que não poderia deixar de ser atendida; e que os isentaria de qualquer responsabilidade; declarou, ainda, esperar que os oficiais da Fábrica, ora presos por palavra em suas residências, se mantenham fieis a esse compromisso o que, aliás, é de se esperar, a fim de não constrangê-lo, embora contra vontade, a tomar, em cada caso, resoluções que alterem a atual situação em que se acham.

Que, embora o ofício acima mencionado fale de um modo geral na situação dos oficiais da F.P.S.F. os oficiais da C.C.F.T. ficarão em situação idêntica aos da referida Fábrica de Pólvora.

E para constar lavrou-se a presente Ata

feita por mim, 1º tenente Moacyr de Faria, secretário da Fábrica, e assinada pelos chefes acima referidos e pelos oficiais que a quiserem assinar.

(AA) – José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, coronel diretor; Felisberto Antônio Fernandes Leal, tenente coronel; Heitor Velasco, tenente coronel; Maximiliano Fernandes da Silva, major subdiretor; Nestor Rodrigues da Silva, major; Octaviano Leão, major; Leunan de Andrade Moniz Ribeiro, major; Waldemar Brito de Aquino, capitão; Adhemar da Costa Mattos, capitão; João Tavares de Mello, capitão; Raul Miranda Leal, capitão; Frederico Eisenlohr, capitão médico; Marçal Carlos da Silva, capitão farmacêutico; Gamaliel Bonorino, primeiro tenente; Luiz Gonzaga de Fontoura Rodrigues, primeiro tenente; José Fedulo, primeiro tenente; Duílio Renato Storino, primeiro tenente; Waldyr Manoel de Albuquerque, primeiro tenente; Moacyr de Faria, primeiro tenente; Floriano Peixoto de Souza França, primeiro tenente.

A 12 de agosto, de ordem do general comandante do exército constitucionalista, assumiu a direção da Fábrica o tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal.

Na mesma data, pela mesma autoridade, foi mandado servir como auxiliar do diretor da Fábrica, o primeiro tenente Bibiano Sérgio Dale Coutinho.

Como primeiro ato do tenente coronel Fernandes Leal, a 12 de agosto foram requisitados todos os funcionários, operários e empregados a prestarem seus serviços na Fábrica, ficando isentos de toda e qualquer responsabilidade futura.

A 21 de agosto, foram mandados apresentar ao comando da 2ª R.M. o major Octaviano Leão e o primeiro tenente Luiz Gonzaga de Fontoura Rodrigues; a 4 de setembro foram encaminhados ao mesmo destino o coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, majores Nestor Rodrigues da Silva e Leunan de Andrade Moniz Ribeiro e o capitão Raul de Miranda Leal.

Apresentaram-se no dia 5 de setembro a fim de prestar serviço à “Causa Constitucionalista” os primeiros tenentes Duílio Renato Estorino e Gamaliel Bonorino, este último Farmacêutico.

ACMC

Na foto acima: “A caminho da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, de Piquete”. O jornalista viaja na 1038 da Central. Foto de Miguel Falletti.

Fatos ocorridos Revolução de 1932 - A retomada da Fábrica

Em 13 de setembro, após um mês sob comando constitucionalista, as forças revolucionárias desocuparam a Fábrica e a cidade de Piquete. Algumas seções foram transferidas para São Paulo juntamente com parcela significativa de funcionários, necessários para colocá-las em funcionamento.

Os oficiais que não aderiram ao movimento foram levados presos. Ficaram para resguardar esse patrimônio nacional o major Maximiliano Fernandes da Silva, o capitão médico Dr. Frederico Einsenlohr e os primeiros tenentes Waldyr Manoel de Albuquerque e Moacyr de Faria.

Entrega da Direção da Fábrica
Transcrição da Ata

“Exército Constitucionalista – Fábrica de Pólvora sem Fumaça. Aos treze dias do mês de setembro de 1932, o tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal, diretor da F.P.S.F. por nomeação do general comandante das Forças Constitucionalistas de São Paulo e seus oficiais, todos abaixo assinados, ao ter de retirar-se, resolve entregar a referida Fábrica ao major Maximiliano Fernandes da Silva, capitão médico Dr. Fre-

derico Einsenlohr, primeiro tenente Waldyr Manoel de Albuquerque e primeiro tenente Moacyr de Faria, oficiais que se achavam presos sob sua guarda por não terem aderido ao movimento constitucionalista; a fim de evitar sacrifício pessoal, tanto das famílias dos oficiais como também dos funcionários e operários residentes em Estrela e Piquete, e, bem assim, inutilização de predações possíveis do patrimônio nacional, por ocasião de sua ocupação pelas tropas do governo federal, caso estas entrassem combatendo. Como assim foi feito, lavrou-se esta ata que vai por todos assinada e feita em duas vias.

(AA) Felisberto Antônio Fernandes Leal, tenente coronel; Maximiliano Fernandes da Silva, major; Dr. Frederico Einsenlohr, capitão médico; Duílio Renato Storino, primeiro tenente; Waldyr Manoel de Albuquerque, primeiro tenente; Moacyr de Faria, primeiro tenente; Bibiano Sérgio Dale Coutinho, primeiro tenente.

Em consequência do que ficou dito acima, assumiu a 14 de setembro a direção da Fábrica o major Maximiliano Fernandes da Silva.

Conforme boletim interno de 15 de setembro, os revoltosos, ao abandonarem a Fábrica, não destruíram nada; apenas inutilizaram algumas seções retirando peças essenciais para o seu funcionamento.

À exceção dos três oficiais signatários da Ata acima transcrita e que foram conservados presos, os demais oficiais que serviam no Estabelecimento foram levados presos para a capital de São Paulo.

Apresentaram-se a 21 de setembro os capitães Adhemar da Costa Matos, Marçal Carlos da Silva, Waldemar Brito de Aquino, João Tavares de Mello e os primeiros tenentes Luiz Gonzaga de Fontoura Rodrigues e Floriano Peixoto de Souza França, todos por terem se evadido em Lorena quando seguiam presos pelos revoltosos com destino a São Paulo e obtido permissão do general Goes Monteiro para virem a Piquete.

No Boletim interno da F.P.S.F. de nº 194, de 22 de setembro, são “declarados ausentes por se acharem faltando ao serviço sem motivo justificado desde o dia 14 do corrente mês” diversos empregados daquela instituição que haviam seguido para São Paulo. Todos foram exonerados. Em dezembro daquele mesmo ano, por decreto governamental, foram anistiados e puderam retomar suas atividades.

Pelo boletim de 20 de outubro foi declarado que seriam considerados insubsistentes todos os atos praticados com o pessoal desta Fábrica pela administração revolucionária que a ocupou durante o período de 11 de agosto a 14 de setembro de 1932.

A 30 de dezembro, reassumiu as suas funções de diretor da Fábrica o coronel José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti.

Em seu relatório do ano de 1932, o coronel Pompeu Cavalcanti se refere ao Movimento Revolucionário com as seguintes palavras:

“O episódio mais interessante da vida da Fábrica durante o ano findo (1932) foi, sem dúvida, a atitude do pessoal civil durante o movimento revolucionário paulista. Refiro-me, especialmente, ao pessoal civil porque pouco destoante foi a atitude da oficialidade, na sua quase totalidade, coesa ao lado de seu chefe.

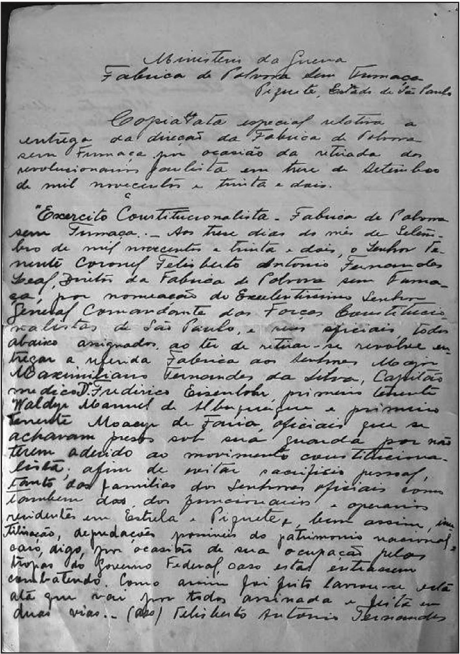
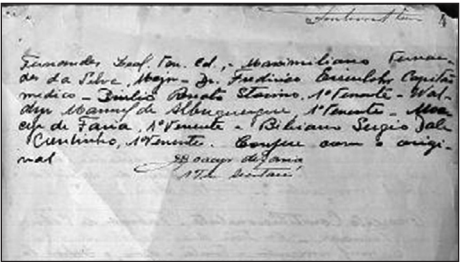
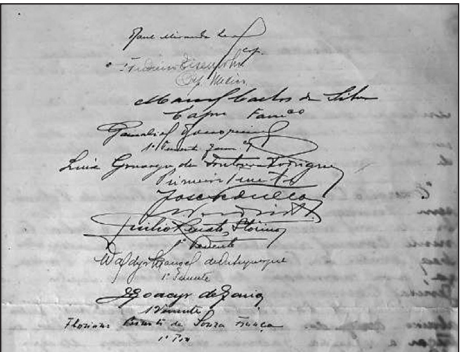
É certo que nenhum ato de desacato ou mesmo qualquer gesto de desobediência partiu desse pessoal contra os chefes seus hierárquicos.

O fanatismo pela causa regional levou, porém, um grande número de funcionários e operários de categoria a esquecerem o seu passado de dedicação e lealdade às autoridades legais logo que os revolucionários ocuparam este estabelecimento.

Errada foi, sem dúvida, essa atitude. Ela atenua-se, contudo, tendo em vista a loucura coletiva que afetou o estado de São Paulo inteiro e o ia arrastando a uma campanha francamente separatista.”

O coronel Pompeu Cavalcante equivocase ao afirmar ser a Revolução Constitucionalista de 1932 um movimento separatista. O estado de São Paulo não teria se mobilizado se assim fosse. O operariado aderiu ao movimento porque desejava São Paulo com sua autonomia restabelecida, com seus governantes atinados com as aspirações do povo, sem a influência de governos exógenos. A ideia separatista foi plantada pelo governo federal para angariar apoio das demais unidades da Federação.

No dia 12 de julho, às 14h30min, um avião do governo federal sobrevoou Piquete e a Fábrica jogando um manifesto no qual pede apoio aos “camaradas do Exército”. O isolamento de Piquete e a falta de comunicação fizeram com muitos formulassem um pensamento incorreto sobre a Revolução. As “fake news” já existiam em 1932.



Fotos Arquivo Pró-Memória

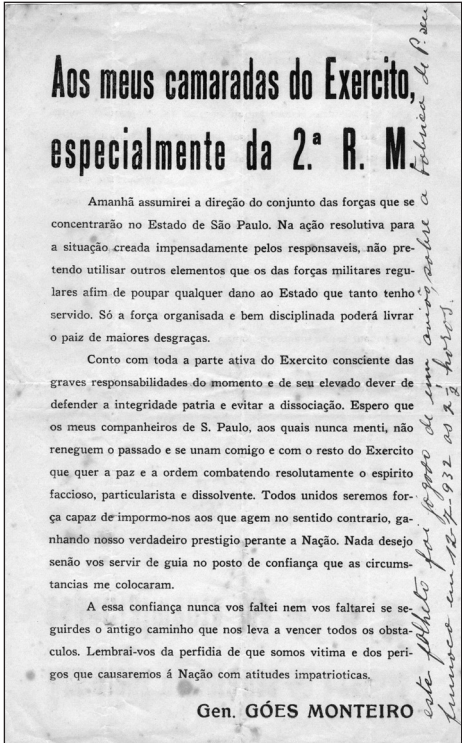


Foto Arquivo Pró-Memória



Foto Arquivo Pró-Memória

A Revolução de 1932

Comemoramos no dia 9 de Julho os 90 anos da Revolução Constitucionalista. Este foi um movimento armado, organizado por lideranças paulistas, para se contrapor à tomada do poder por Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930.

As oligarquias paulistas haviam perdido poder com a Revolução de 1930, que acabou com uma supremacia de 30 anos de São Paulo e Minas Gerais no poder central – a política do café-com-leite. No poder, Vargas nomeou interventores nos estados. A medida desagradou aos cafeicultores paulistas, que, aliados à classe média, começaram a organizar a reação.

Grupos da elite paulista patrocinaram uma campanha por meio da imprensa, para a convocação de eleições para a Constituinte.

No dia 23 de maio, a Frente Única Paulista promoveu um comício. Durante o evento, houve conflitos entre grupos de revoltosos e aliados de Vargas. Morreram os manifestantes Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráuzio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade. Suas iniciais – MMDC – passaram a designar a principal sociedade civil de resistência ao governo central.

Cerca de 35 mil combatentes paulistas aderiram à luta, que durou três meses e deixou quase novecentos soldados mortos no lado paulista. As tropas federais dispunham de 100mil soldados em combate.

O resultado da Revolução foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1934.

Em 14 janeiro de 2004, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, acrescentou um quinto herói à história da Revolução. Ele sancionou uma lei que acrescentou a letra A à sigla MMDC. O A representa Alvarenga (Orlando de Oliveira Alvarenga), que também teria sido ferido em 23 de maio de 1932 e morrido em 12 de agosto.

É oportuno para os piquetenses, a exemplo do que acontece em todo o estado de São Paulo, rememorar o episódio épico de nossa história, que foi a Revolução Constitucionalista. Piquete fez parte do teatro de operações bélicas, não somente pela presença da fábrica de pólvoras, necessária para a causa paulista, mas também pela sua localização estratégica.

ACMC



Foto Arquivo Pró-Memória

Passado recorrente

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

O dia 9 de julho deste 2022 caiu num sábado. Muitos reclamaram o “feriado perdido”. Poucas foram as menções sobre a data na mídia. Nem mesmo neste ano em que o motivo de a data ser feriado completar noventa anos. Poucos também são os que sabem o porquê do feriado de 9 de julho.

Em Piquete, temos uma “Praça 9 de Julho”. Até há algumas décadas, lembrome de minha mãe se arrumando para ir às cerimônias de comemoração da data naquela Praça. Além dos alunos das escolas, muitas outras pessoas faziam o mesmo.

No dia 9 de julho a cidade estava movimentada, mas não em função das comemorações pela data. Todos estavam animados em função do “Piquetão”, que trouxe rodeio e shows de artistas com milhões de seguidores.

Vivemos um período conturbado no país. A proximidade da eleição para a Presidência da República acirra os ânimos entre governistas e aqueles que apoiam o principal adversário.

O cargo de Presidente da República requer postura condizente à de um estadista, alguém que tem sob seu mando os destinos de um país plural e que, em função disso, deve promover a coexistência pacífica de opiniões e valores extremamente opostos, com respeito à individualidade e, principalmente, aos direitos e deveres previstos em nossa Constituição.

Neste 10 de julho, a política vigente de porte e posse de armas, as constantes incitações contra o Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal Eleitoral e a intolerância fizeram uma vítima fatal em função de discussão entre apoiadores dos dois principais candidatos. Atitudes populistas e que desdenham das leis em favor do atendimento aos seus conceitos e ideias levam a atitudes extremadas.

Ao buscar a história e contextualizar a Revolução Constitucionalista, cuja data da eclosão motivou o feriado de 9 de Julho, evidenciei semelhanças com os dias atuais. A atual falta de harmonia entre os Poderes da República, em certo ponto alimentada por governantes, é o cerne de possíveis revoltas que, num grau mais elevado, podem levar a conflitos sérios.

Há que se aprender com os erros do passado para que eles não se repitam no futuro. O conhecimento da história e o reconhecimento de sua importância nunca foi tão necessário em nosso Brasil. O estado de São Paulo, palco da Revolução Constitucionalista de 1932, celebra os 90 anos desse movimento armado em um momento de tensão. Que esse capítulo de nossa história seja fonte de reflexões para as atitudes de nosso povo e, principalmente, de nossos governantes!

Todo respeito à memória da Revolução Constitucionalista de 1932!